

O começo do fim da era Kirchner?

ARGENTINA Com projeto de retenções rejeitado no Senado, a presidente Cristina Fernández deverá repensar sua forma de governar

Dafne Melo
da Redação

ÀS 4h30 da madrugada do dia 17 teve fim o longo conflito entre o governo de Cristina Fernández Kirchner e os setores agrícolas do país, majoritariamente grandes representantes do agronegócio, mas também pequenos e médios proprietários a eles atrelados economicamente.

Após o projeto de retenções agrícolas ser aprovado na Câmara de Deputados, a votação terminou em empate no Senado. O voto de minerva ficou a cargo de Julio Cobos, vice-presidente de Cristina. E, quando todos achavam que a vitória estava entregue de bandeja ao governo, Cobos votou contra o projeto de sua própria gestão, sem maiores explicações.

Para a cientista política argentina Maristela Svampa, toda a briga entre o agronegócio e o “governo K”, como apelidaram os argentinos a atual gestão, mostra a fragilidade de suas alianças, ao mesmo tempo em que evidencia a aposta em uma forma de governar centralizadora e autoritária, o que gerou a rejeição de muitos setores da sociedade argentina, inclusive de parcelas da esquerda, que se juntaram aos atos puxados pelas entidades representantes do agronegócio.

Svampa aponta que tanto Nestor quanto Cristina, na economia, apresentam um continuísmo em relação aos governos anteriores, embora ensaiem alguma aproximação com alguns movimentos sociais e intelectuais de esquerda. Mesmo assim, no auge da crise com o setor agropecuário, ela não pensou duas vezes em reprimir manifestações piqueteiras que apontavam para um “terceiro caminho”, ou seja: nem agronegócio, nem governo. A seguir, leia entrevista de Svampa ao **Brasil de Fato**.

Brasil de Fato – A maior parte dos movimentos populares apontam que o governo de Cristina Kirchner mantém o modelo neoliberal. Mas, então, por que ela decidiu aumentar as impostos do setor do agronegócio, correndo o risco de romper o equilíbrio de alianças de seu governo?

Maristela Svampa – O governo nunca pensou em romper com essas alianças, nem imaginou esse cenário de grandes conflitos. Tanto é assim que, na hora de anunciar as medidas, ela sequer discriminou entre grandes e pequenos proprietários, o que acabou possibilitando uma aliança inédita entre todos esses setores agrários. Ao mesmo tempo, o próprio governo “super-ideologizou” o conflito ao manter a todo custo sua aposta e ao introduzir esquemas binários de leitura, como se nas retenções estivesse em jogo o destino do país ou um suposto processo revolucionário, sabe-se lá qual. Dessa maneira, nesses seis meses, ela conseguiu liquidar boa parte do capital político acumulado em vários anos de uma gestão economicamente exitosa, mostrando ao mesmo tempo a fragilidade das alianças estabelecidas.

Insisto que se trata do final da produtividade política de um determinado estilo de exercício do poder. Creio que o que distintos setores da sociedade transmitiam, em seu apoio às entidades agrárias, era a necessidade de se democratizar o poder político

Como se explica o fato do vice-presidente ter votado contra o projeto de seu próprio governo?

É preciso dizer primeiramente que os Kirchner conquistaram uma concentração fabulosa de poder, que excluiu, claro, ao próprio vice-presidente. Acabaram por pagar caro por isso. A decisão do Senado mostra uma quebração histórica, pois evidencia uma aliança do núcleo duro do atual espaço de soberania presidencial, construída nas idéias de concentração de poderes no Executivo e subordinação dos diferentes atores e poderes. Isso foi feito por Carlos Menem, nos anos de 1980, para justificar a urgência das reformas neoliberais, e teve continuidade com Néstor Kirchner.

Esse modo de governar teve, talvez, uma produtividade política ainda lá em 2003, quando foi utilizada com o objetivo de redefinir e outorgar maior variedade na relação entre economia e política, em um contexto de forte crise. Foi ainda usado para desenhar uma nova política de direitos humanos, ou destituir a Suprema Corte de Justiça, entre os exemplos mais destacáveis. Mas, uma vez que as crises eco-



Após derrota, Cristina deveria repensar modelo de governo

Esses movimentos devem buscar primeiro uma forma de superar suas diferenças internas. Há espaço para isso, na medida em que o conflito impôs uma nova agenda de discussão, na qual se somam a questão da redistribuição e do modelo de desenvolvimento

nômica e política foram controladas, o espaço presidencial se estreitou ainda mais, alimentando progressivamente um núcleo duro, tanto internamente – ampliando uma atitude “decisionista” e assegurando a disciplina partidária no Congresso –, como também em sua relação com órgãos externos, onde deu continuidade ao histórico vínculo – injetando dinheiro, inclusive – com os sindicatos peronistas. Inclui-se aí o surgimento de novas lealdades e alianças com organizações sociais, algumas das quais tiveram protagonismo na resistência ao modelo neoliberal na década de 1990, e outras que foram até mesmo criadas pelo Executivo.

O governo de Cristina sai desses acontecimentos com uma crise de autoridade? Quais as consequências disso?

Insisto que se trata do final da produtividade política de um determinado estilo de exercício do poder. Creio que o que distintos setores da sociedade transmitiam em seu apoio às entidades agrárias era a necessidade de se democratizar o poder político. Temos que lembrar que as marcas deixadas pela crise de 2001/2002 não só estão presentes em certos movimentos sociais, alguns hoje encapsulados em seus territórios e atingidos pela máquina assistencialista e clientelar do peronismo. Essas marcas de 2001 permanecem de diferentes maneiras, também na memória das heterogêneas classes médias, as quais nunca deram por finalizada e cicatrizada a ferida da crise de representação política aberta naquela época. Hoje vemos aparecer um novo sentimento de rejeição, tanto frente às sucessivas tentativas de dar cabo ao conflito por decreto, como às formas de confrontação aberta com as quais o governo respondeu à luta nas ruas.

Assim, o desenlace dessa crise terminou por estabelecer limites claramente políticos que assinalam o fim da “era K”, ao menos na configuração que tinha adotado de 2003 em diante. Um novo cenário se abre. Cristina Fernández é quem terá que cuidar

dessa inflexão, abrindo ou fechando novas vias políticas, mas nunca minimizando a natureza da ruptura instalada. Cristina não só deveria revisar criticamente seu estilo de governo desenvolvido até agora, mas também se diferenciar e dar um perfil próprio ao seu mandato. Entretanto, após tudo o que aconteceu, não se registrou nenhuma mudança; ao contrário, o governo parece que segue na mesma linha.

Qual a tarefa e os desafios dos movimentos populares neste momento em que a direita conservadora se organiza e demonstra sua força?

Os limites à produtividade política do poder Executivo forte e onipotente não vieram pela esquerda. Lamentavelmente, a voz das esquerdas, com poucas exceções parlamentares, está desassociada das instâncias institucionais, mas localizada em certos movimentos sociais que não figuram nem na agenda dos “intelectuais” que assinaram as “cartas abertas” [conjunto de intelectuais progressistas e de esquerda que fizeram, ao longo do conflito, diversas cartas a respeito da conjuntura, alinhando-se mais a Cristina], tampouco poderia hoje reconhecer-se dentro do insólito conglomerado ideológico em que se reúne a frente agrária (recordemos que setores maoístas e parte do trotskismo se juntaram a eles).

Parte dos movimentos de contestação buscou correr atrás do eixo da discussão com uma “terceira posição”, mas suas reivindicações não foram escutadas. Esses movimentos devem buscar primeiro uma forma de superar suas diferenças internas, para poder construir pontes políticas com a sociedade. Há espaço para isso, na medida em que o conflito impôs uma nova agenda de discussão, na qual se somam a questão da redistribuição e do modelo de desenvolvimento. Mas há de se encontrar formas adequadas, superando a fragmentação muito grande das organizações populares contestadoras e críticas.

Algumas análises apontam que, nessa briga, uma “nova direita” deu as caras na Argentina, que, inclusive, obteve apoio de diferentes setores sociais antes apáticos. Que pensa sobre isso? O que seria essa “nova direita”?

Não estou de acordo com essa afirmação. Tenho defendido a hipótese de que, na realidade, antes de uma nova direita, estamos diante de um conglomerado ideológico muito heterogêneo, no qual coexistem posições antagônicas e outras mais difusas, e que tem como protagonistas principais os setores agrários, ao tempo em que todo o movimento os ultrapassa, englobando uma parte da sociedade,

Quem é

Maristela Svampa é cientista social e professora da Universidade Nacional General Sarmiento, em Buenos Aires, onde se dedica ao estudo dos movimentos sociais argentinos.



tanto a portenha [de Buenos Aires] como a do interior do país.

Nesse marco, em relação aos pequenos produtores (os auto-convocados), creio que estamos diante da possibilidade do surgimento de um novo populismo agrário, no qual, para além das alianças momentâneas, não falta a oposição entre o “pequeno” e o “poderoso”, nem críticas a um governo de perfil centralizador, ou a uma classe política corrupta e autocrática. Um populismo agrário, perigosamente muito pragmático, que se expressa através de formas próprias dos movimentos sociais de corte contra-hegemônico, com o uso de assembleias como espaço deliberativo, por exemplo. É um populismo agrário que não faz discriminações ideológicas, o que significa precisamente adotar uma ideologia de despreço com as ideologias, que, dadas as alianças sociais em curso, não pode sequer ser chamado de um populismo das classes dominadas, mas um populismo a serviço das classes dominantes.

Sobre a imprensa corporativa, qual papel ela teve nesse processo de quatro meses?

Primeiro, como em outros países, há concentração de poder nos meios de comunicação. O governo de Kirchner havia compactuado com alguns grandes grupos, os quais, entretanto, não mostraram a lealdade esperada, como podemos ver nesse conflito, no qual, para alguns meios de comunicação, estava também em jogo parte de seus interesses econômicos (um exemplo: os dois grandes diários do país têm um suplemento rural que exalta os produtores de soja).

Em segundo lugar, é certo que uma parte importante dos meios criticou o governo, mas não o fizeram pelas mesmas razões ou motivos ideológicos. Além disso, o governo também conta com suas próprias fontes de informação e seu jornal oficial, que congrega o chamado espaço progressista. Em terceiro lugar, se houve atuação no conflito por parte do governo, deve-se dizer que os meios ajudaram muito no tom exacerbado que dedicaram à crise nesses quatro meses.

Por último, também houve – sobretudo no início do conflito – expressões racistas e classistas por parte de certa imprensa, que desvalorizava os atores mobilizados pelo governo. Porém isso não é nenhuma novidade, já que tanto governo como imprensa desenvolveram, em 2004 e 2005, uma campanha político-midiática contra as organizações piqueteiras de luta, cheia de racismo e do classismo mais rançoso. Só agora os chamados setores progressistas descobriram, espantados, que certos meios de comunicação ou que um setor importante das classes médias são racistas?

Creio, entretanto, que não se pode tomar a parte pelo todo. É certo que muitas ações e discursos atualizaram questões de ordem racista e classista (a rejeição visceral ao peronismo, associado à tradição alio ao setores populares), mas também transmitiam demandas institucionais (a distribuição do poder político, visivelmente concentrado no matrimônio presidencial) que devem ser levadas em conta.

Entenda a crise argentina

Em março, Cristina Fernández Kirchner editou a lei 125, por decreto. Antes, as alíquotas retidas pelo governo nas exportações eram de 35% para a soja, 32% para o girassol e 25% para o milho. Com a medida, iriam para, respectivamente, 45, 41 e 26%. A justificativa da presidente foi a crise mundial de alimentos. Com impostos maiores, os produtores iriam se ver obrigados a destinar a produção para o mercado interno, mantendo baixos os preços da comida no país. Entretanto, os setores agrários se viram impossibilitados de obter maiores lucros com as exportações, em um contexto de alta das *commodities*. O governo federal decidiu, então, elevar as taxas de exportação, aproveitando para abocanhar parte dos lucros exorbitantes do setor. A resposta veio rápida, com inúmeras paralisações, mobilizações, blecautes e corte de estradas, que causaram desastres momentâneos nas principais cidades do país.

Diante da crise, o governo decidiu submeter o projeto ao Congresso. Durante os quatro meses que a crise durou, Cristina teve apoio de diversos setores sindicais historicamente atrelados ao Partido Justicialista e de outros grupos e agremiações de esquerda. Agrários optaram por um “apoio crítico”, que mais visava se opor às elites agrárias do que apoiar a presidente. Outras organizações – sobretudo as de trabalhadores desempregados, piqueteiros e sindicatos mais à esquerda – não entraram no debate, por avaliarem que, com retenção ou não, pouco mudaria na vida da população (mas marginalizada do país, e propuseram outras medidas e reivindicações. (DM)